

## ***(Des)fazendo o silêncio: autorrepresentação da resistência dos camponeses de San Carlos***

claudia.gordilloa@gmail.com, analuisa@ufpr.br

por Ana Luisa Fayet Sallas

docente da Universidade Federal do Paraná (Brasil)

y Claudia Solanlle Gordillo Aldana

doutora em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (Brasil)

### **Resumo**

Este artigo reflete sobre as representações visuais da comunidade de resistência civil de San Carlos na Colômbia, com foco na análise de suas fotografias documentais. O intuito é questionar a produção de sentidos, conteúdos, sujeitos, objetos, intenções e visualidades nas imagens documentais num contexto de guerra. A publicação dessas fotografias amadoras em blogs implica, necessariamente, a passagem de um âmbito íntimo a um outro espaço de sociabilidade público e global; tornando-se um cenário político de visibilidade da vítima. Seguindo a metodologia da etnografia virtual e a análise da fotografia focado no multidisciplinar, visa-se compreender as formas de representação do sujeito-vítima em e para a resistência civil.

**Palavras-chave:** fotografia documental, guerra na Colômbia, resistência civil, comunicação virtual.

### ***(Un)doing Silence: Self-representation of Resistance by the Peasants of San Carlos***

#### **Abstract**

This article reflects about visual representation of civil resistance in the community of San Carlos in Colombia. This analysis focuses in documentary photos made by them. The aim is to inquire about the production of senses, topics, subject, objects, and visualities in documentary images within a war context. The publication of these amateur photos in blogs involves a transit from a personal scope to a public and global sociability space. This is a political space of visibility for the victims. The analysis has been developed through a virtual ethnography and a multidisciplinary methodology of photography with the aim to understand the representation of the subject-victim in and for civil resistance.

**Keywords:** Documentary Pictures, Colombian War, Civil Resistance, Virtual Communication.

**(Des)fazendo o silêncio:  
autorrepresentação da resistência dos camponeses de San Carlos**

“Como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemónica que o pretende fazer falar?”  
Boaventura de Souza Santos (2002)

**Olhar com imagens subalternas**

A guerra na Colômbia está mediada, principalmente, por relatos, representações e interpretações que constroem jornalistas e fotojornalistas na mídia. Artigos, entrevistas, reportagens, matérias, fotografias, vídeos e documentários fazem parte de um leque de estratégias informativas que são submetidas às políticas editoriais e aos interesses da mídia que sucumbem, em sua grande maioria, aos benefícios capitalistas e empresariais.

Também, recentemente, a guerra tem sido mediada por pesquisas realizadas pelo Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH),<sup>1</sup> reconhecendo institucionalmente os acontecimentos trágicos e suas vítimas. Essas pesquisas revelam os marcos ideológicos dos pesquisadores e configuram os relatos institucionais do Estado sobre o conflito armado. Assim sendo, a mediação da mídia e do Estado se tornam relevantes, visto que constituem a forma em que os cidadãos se informam sobre a guerra. Isto, porque os enfrentamentos bélicos entre os diversos grupos acontecem predominantemente no campo e na selva, ou seja, longe das cidades e da maioria dos cidadãos.

Tal cena informacional tem privilegiado fontes estatais, como as forças militares, funcionários públicos e políticos que simpatizam com os produtores informacionais, colocando na cena mediática atores que ganham legitimidade mediante a reiteração de sua visibilidade. Ao mesmo tempo, priorizam discursos institucionais e impõem padrões recorrentes que se tornam “leituras preferentes” (Hall, 2003: 365). Ainda assim, mesmo que timidamente, são incluídos testemunhos de vítima e algoz.

---

<sup>1</sup> O Centro Nacional de Memoria Histórica pertence ao Departamento para la Prosperidad Social (DPS). É uma instituição pública que visa cumprir o Art. 147 da Ley de Víctimas y Restitución de Tierras. Ela cria e implementa projetos com o intuito de configurar a memória do conflito armado e, a sua vez, aprofunda no conhecimento da história social e política do país. Foi criada em 2011, durante o governo de Álvaro Uribe Vélez.

Esta ênfase discursiva está permeada pelos interesses dos governos de turno. Entre 2002 e 2010, durante o governo de Álvaro Uribe Vélez e sua Política de Seguridad Democrática (PSD),<sup>2</sup> o discurso foi construído por um sentimento de ódio contra o inimigo focalizado nas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP), chamada de terroristas. O terrorismo é entendido pelos Estados Unidos como “o uso deliberado da violência ou ameaça do seu uso para atingir objetivos de natureza política, religiosa ou ideológica (...) através da intimidação, coerção ou pela implantação do medo” (Chomsky, 2003: 72). Definição que para Chomsky é singular em dois sentidos: a primeira, porque é uma paráfrase perfeita da política oficial do governo, já que “quando é política do governo chama-se conflito de baixa intensidade ou contra-terrorismo” (2003: 73), revelando-se prática universal. A segunda, é que o conceito dá respostas erradas sobre a questão de quem são os terroristas. Essa singularidade coloca a definição como algo vazio e Chomsky propõe defini-la como “o terrorismo que é praticado contra nós, quem quer que sejamos” (2003: 74). Neste sentido, terrorismo é a arma dos mais fracos, embora nos manuais de governo terrorismo é a arma dos mais fortes.<sup>3</sup> É neste sentido que o terrorismo é uma retórica dos Estados em conflito, já que seu propósito é deslegitimar política e juridicamente a ação dos grupos armados não legais (Lair, 2003: 89) propiciando polarização.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> A PSD tinha como objetivo vincular o cidadão no sistema de segurança, sob pretexto de não conseguir condições e estatísticas desejadas somente com a força pública. O ex-presidente Uribe animava à população afirmando que: “Éste debe ser un esfuerzo de todo el Estado, de todos los colombianos. Una estructura estatal fuerte, apoyada en la solidaridad ciudadana, garantiza el imperio de la ley y el respeto de los derechos y libertades” (Presidencia, 2003). Para isso, a PSD estabeleceu programas neoliberais como Red de informantes e Soldados campesinos, que em alguns casos pagavam honorários pelas informações apresentadas.

<sup>3</sup> O conceito de terrorismo apareceu nos anos oitenta com o aparato de relações públicas de Ronald Reagan, que identificou o “terrorismo internacional, narcotraficantes, árabes enlouquecidos, ou Saddam Hussein, o novo Hitler, pronto para conquistar o mundo” (Chomsky, 2003: 39). O terrorismo foi eixo da política externa americana neste período e condenava o que Reagan chamava de “o flagelo diabólico do terrorismo” (2003: 62). O terrorismo foi considerado uma praga espalhada pelos “depravados opositores da própria ideia de civilização” que queriam “o retorno à barbárie em plena era moderna” (2003: 62). Reagan estava concentrado no terrorismo de Oriente médio em 1985. Neste sentido, a guerra ao terrorismo é declarada por segunda vez a partir do 11.09.2001 sob administração de George W. Bush.

<sup>4</sup> O fenômeno de polarização durante o governo de Uribe pode ser entendido como uma forma democrática de coesão social baseada em estratégias propagandísticas com ampla manipulação do discurso nacionalista. Esta ocorrência pode ser aprofundada no livro *Seguridad Mediática: la propaganda militarista en la Colombia Contemporánea* (Gordillo, 2014).

Entre 2010 e 2014, durante o governo de Juan Manuel Santos e sua Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad (PISDP),<sup>5</sup> o discurso foi menos polarizado e messiânico, porém, carregado de esperança. Este discurso fundado no acordo de paz com as FARC foi ocupando espaço linguístico, semântico e visual, sobresignificando palavras como reparação, reconciliação e pós-conflito que colocaram na tribuna institucional, mediática e acadêmica outras representações dos atores do conflito e suas vítimas.<sup>6</sup>

Nos últimos doze anos, a guerra tem-se disputado entre um discurso polarizado e outro de esperança, ambos os casos carregados de um acento propagandístico que representa o extremo: um excessivamente guerreirista e outro idealista. Esta problemática acrescenta a complexa relação entre mídia, Estado, vítimas e suas representações visuais, produzindo, na maioria dos casos, representações hegemônicas que levam a uma aparente naturalidade do “real” da guerra. Explica Stuart Hall que “ser perfeitamente hegemônico e fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida” (2003: 366).

Em vista dessa concentração discursiva e visual que opaca outros olhares, nós nos interessamos por outras imagens, aquelas fotografias que têm erros de enquadramentos, que não têm sequencialidade, que carecem de estética profissional e que, aparentemente, não têm relevância conceitual. Imagens que não são divulgadas nos jornais e tampouco publicadas em livros, porém, que contam histórias da vida cotidiana das comunidades que têm resistido à guerra. Trata-se de fotografias documentais tiradas pelas vítimas que lutam cotidianamente pela sobrevivência, dignificação e memória.

---

<sup>5</sup> Esta política pública de governo está baseada em seis objetivos: 1) diminuir a produção de narcóticos; 2) desarticular os grupos armados ilegais e criar condições de segurança para sua consolidação; 3) criar condições de segurança para o convívio dos cidadãos; 4) progredir para um sistema de capacidades dissuasivas civis, integradas e interoperáveis; 5) contribuir com a atenção oportuna de desastres naturais e catástrofes; 6) fortalecer a institucionalidade e bem-estar do setor segurança e defesa nacional. Alguns analistas afirmam que os objetivos relacionados com o narcotráfico são bastante ilusórios. Matéria em: [http://www.elcolombiano.com/politica\\_de\\_seguridad\\_de\\_santos-JFEC\\_135783](http://www.elcolombiano.com/politica_de_seguridad_de_santos-JFEC_135783). Acesso: 10 jun. 2018.

<sup>6</sup> Uma das entidades colombianas interessadas nesta mudança foi a Fundación Nuevo Periodismo (FNP), que em 2014 ofereceu mais de nove seminários para jornalistas como: Cobertura das conversações para a terminação do conflito na Colômbia, Memória e conflitos sociais em televisão e em documentários, ¿Cómo cobrir o processo de paz em meio do conflito? A cobertura jornalística das vítimas, ¿Cómo informar sobre casos de desaparecimento? Entre mais outros. Em: <http://www.fnpi.org>. Acesso: 15 jun. 2018.

Estas imagens subalternas sobre subalternos são o espaço para se mostrarem, uma materialidade que encarna o sujeito esquecido como aquele “espaço em branco entre as palavras” (Spivak, 2010: 298) que não está dado pela classe ou pela opressão, nem presume uma identidade e consciência única. Gayatri Spivak (2010), contrariamente, desmitifica a construção monolítica da categoria subalterno que os intelectuais pós-coloniais ainda codificam.

Seguindo este postulado é relevante questionarmo-nos: o que as fotografias das vítimas têm para nos mostrar? Como as vítimas se apresentam e constroem sua identidade? Quais são os relatos, temas, sujeitos e formas como as vítimas de resistência civil autorepresentam sua luta política? Estas fotografias são potenciais para construir um tipo de memória coletiva? Neste sentido, as fotografias documentais das comunidades transformam-se em objetos preciosos para compreender os processos de resistência civil e as tensões políticas, sociais e culturais que produz o conflito em suas dimensões comunitárias.

Esta análise apresenta as fotografias documentais da comunidade de resistência civil de San Carlos,<sup>7</sup> destacado por ter a maior porcentagem de pessoas deslocadas pela guerra, ser a primeira municipalidade no país livre de minas terrestres,<sup>8</sup> ter o primeiro programa de retorno massivo<sup>9</sup> apoiado pela prefeitura de Medellín (Antioquia) e ganhar o Premio Nacional de Paz em 2011.<sup>10</sup> Além de ser local para testes de diversas estratégias do pós-conflito.

---

<sup>7</sup> San Carlos fica a 119 quilômetros da cidade de Medellín. É uma área de reserva ecológica e ecossistemas estratégicos para desenvolvimento de economias alternativas e tem um dos maiores projetos hidroelétricos da Colômbia com capacidade para gerar 30 por cento da energia do país.

<sup>8</sup> Os engenheiros militares do exército, mediante do Batalhão de Des-minado Humanitário, desativaram mais de 83 artefatos explosivos, mais de 1,3 milhões de metros quadrados de terra ficaram livres de minas terrestres. Matéria em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-11336462>. Acesso: 8 fev. 2018.

<sup>9</sup> O programa retorno foi uma estratégia do escritório de Acción Social da Presidência da Colômbia e a Prefeitura de Medellín, que visava re-habitar o território e reativar a economia mediante o retorno dos camponeses para suas chácaras. Essa estratégia converteu-se em “simples regressos” que não garantiam os direitos e condições mínimas de bem-estar. Matéria em: <http://www.verdadabierta.com/victimas-seccion/desplazados/2301-retorno-de-desplazados-en-oriente-antioqueno-solo-buenas-intenciones>. Acesso: 25 jul. 2017.

<sup>10</sup> O Premio Nacional de Paz é organizado por um conjunto de instituições privadas e estatais colombianas que desde 1999 incentivam projetos de paz, humanização e igualdade de diversas comunidades na Colômbia. Matéria em: [http://www.elcolombiano.com/premio\\_nacional\\_de\\_paz\\_para\\_san\\_carlos-NYEC\\_159163](http://www.elcolombiano.com/premio_nacional_de_paz_para_san_carlos-NYEC_159163). Acesso: 27 jul. 2017.

As fotografias analisadas neste artigo estão publicadas em três blogs: o Centro de Acercamiento para la Reconciliación y la Reparación (CARE),<sup>11</sup> San Carlos Antioquia<sup>12</sup> e Jordán Te Quiero.<sup>13</sup> A comunidade tem mais dois blogs com imagens: Fiesta del Arriero e Jordán mi Pueblo Querido que não foram incluídas nesta análise. No total, são 259 fotografias tiradas em 2008 e publicadas em sua grande maioria em 2015, o que envolveu nesta etapa uma etnografia virtual, caracterizada pela busca, classificação e seleção das imagens que destacavam a emergência das vítimas, a visualidade da guerra, a reocupação dos espaços e os gestores da memória. Para os efeitos desta análise, selecionamos aqui nove fotografias que expressam os sentidos e sustentam a argumentação desenvolvida no artigo.

O recurso da etnografia virtual tem se sustentado teoricamente desde os trabalhos pioneiros de Christina Hine (2000) e tem envolvido uma multiplicidade de experimentos de pesquisa no ambiente virtual. Operado com os conceitos de *webnografia*, *netnografia*, etnografia digital, etnografia virtual ou ainda *cibernografia*.<sup>14</sup> No nosso caso, utilizamos a etnografia virtual como recurso de pesquisa com imagens, investigando que outras visualidades estavam se produzindo no contexto de negociações de acordos de Paz e de reocupação dos territórios marcados pela guerra na Colômbia. Seguindo este princípio, acompanhamos as publicações nos blogs, no entanto estabelecer uma interação direta com os autores, dado que naquele momento da pesquisa, nosso interesse fundou-se mais no mapeamento destas formas visuais e na análise de seus sentidos, conforme se pode observar no desenvolvimento do texto.

De acordo com isso, o texto é organizado em quatro partes. A primeira denominada *Produzir o sujeito*, apresenta a configuração de sujeitos politicamente ativos

---

<sup>11</sup> O Centro de Acercamiento para la Reconciliación y la Reparación mostra duas marchas contrárias ao desaparecimento forçado, movimentos sociais e ação política na rua em: <http://caresancarlos.blogspot.com.br> (desatualizado desde 2007). Acesso: 15 dez. 2016.

<sup>12</sup> San Carlos Antioquia, apresenta a beleza natural da vila com foco nas cachoeiras, rios e lagoas e a relação da natureza com a cotidianidade dos moradores. Em: <http://sancarlosantioquia.com>. Acesso: 12 out. 2016.

<sup>13</sup> Corregimiento del Jordán, mostra o centro da vila e as atividades cotidianas, econômicas e a recuperação dos espaços públicos como igreja, praça central, ruas e equipamentos de lazer da Vila El Jordán. Em: <http://jordantequiero.blogspot.com.br>. Acesso: 15 dez. 2016.

<sup>14</sup> A este respeito ver Fragoso, Recuero e Amaral, 2011; Reguillo, 2012.

que, além das consequências significativas do conflito armado, geram transformações do eu como ator social. A segunda *Rachar o silêncio*, analisa as estratégias da comunidade para evidenciar, denunciar e propagar os nomes e imagens dos desaparecidos a partir de intervenções políticas na rua. A terceira aborda a revitalização do espaço público como estratégia política para re-simbolizar os locais inscritos com o terror da guerra. E enfim, o fechamento *Memórias de dignidade* argumenta que as formas de produzir resistência significam uma forma de empreendimento de memória importante para compreender a guerra.

### **Contexto da guerra na Colômbia**

A história da violência na Colômbia tem mais de 53 anos de guerra ininterrupta, na que participaram grupos ilegais de esquerda: as Fuerzas Armadas Revolucionarias del Pueblo (FAR-EP), o Ejército de Liberación Nacional (ELN) e o Ejército Popular de Liberación (EPL) e grupos paramilitares de extrema direita: as Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), Aguilas Negras, e Bandas Criminales Emergentes (BACRIM), além das forças militares do país, especialmente o exército. A este contexto acrescenta-se a presença dos narcotraficantes, que tentam controlar territórios para produzir e transportar cocaína.

Trata-se de uma guerra que tem foco na apropriação, exploração e domínio da terra, que sobrevive simultaneamente com problemas agrários antigos, como o deslocamento violento de pessoas, a apropriação indevida de terra, a colonização e utilização de títulos falsos (CNMH, 2013: 21) somados a ondas de violência e precarização que geram empresas hidroelétricas e de mineração industrializada acrescentada, especialmente, na última década. Esta economia de guerra é chamada de "polemologia", um fenômeno que reflete a preocupação dos grupos armados ilegais por manter economias estruturadas que visam propiciar crescimento e perenidade (Bouthoul, 1991).

Recursos estes que se relacionam com a prolongação da guerra e a mudança do inimigo, voltando-se fortemente e reconhecida como guerra contra os civis (Lair, 2003), guerra social (Gilhodes, 1985) ou guerra por população interposta (Pecaut, 2001). Em qualquer dos casos, o civil é o centro de gravidade, o alvo da guerra. La Unidad para

Atención y Reparación Integral a las Víctimas<sup>15</sup> reconhece historicamente 8.471.134 vítimas direitas do conflito armado em 2017.<sup>16</sup>

No caso de San Carlos os primeiros episódios de violência aconteceram em 1984 com confrontos continuados entre as FARC e o exército. No começo da década dos noventa as FARC administraram com maior força a justiça na comunidade e fizeram limpeza social,<sup>17</sup> acrescentado com confrontos contínuos entre guerrilha e paramilitares. Finalizando a década o território foi controlado por paramilitares; torturaram, assassinaram, sequestraram e mataram polícias e soldados, invadiram casas, comerciantes e camponeses foram extorquidos, mulheres foram incriminadas como objetivo militar por se relacionarem com polícias e soldados, administraram cultivos ilícitos e lícitos, controlaram compra de mercado sob argumento de serem providências para as FARC. O deslocamento forçoso massivo e os assassinatos seletivos converteram as vilas em lugares fantasmagóricos.<sup>18</sup>

Apesar do deslocamento massivo e crueldade das condições de vida e risco, alguns sancarlitanos ficaram na vila e criaram estratégias de sobrevivência, tais como: morar amontoados em casas de vizinhos, construir casas provisórias de plástico, armar esconderijos no chão, provisionar escadas para escapar pelo telhado, dormir com sapatos, dormir durante o dia e cozinhar na madrugada. O fato de ficar na vila, expor seus corpos vivos confrontando a ideia normalizada da morte, pensar ações simples para contrariar lógicas violentas, organizar-se nas tarefas cotidianas, modificar seus horários e atividades são estratégias que configuram processos comunitários de resistência civil, que além do perigo mantêm a vida no limite da vida mesma.

---

<sup>15</sup> A Unidad de Atención y Reparación Integral a las Víctimas foi criada em 2012 mediante a Lei 1448 de Víctimas y Restitución de Tierras, que se ocupa dos projetos de atenção, assistência e reparação integral às vítimas do conflito armado. Ela visa reparar às vítimas mediante indenização e acompanhamento na inversão apropriada de recursos de acordo com os contextos políticos, sociais e culturais das vítimas. A proposta de esta instituição é dar às vítimas as ferramentas certas para que os atores sejam líderes nas comunidades. Lei em: <http://www.unidadvictimas.gov.co/index.php> e <http://www.unidadvictimas.gov.co/normatividad/LEY+DE+VICTIMAS.pdf>. Acesso: 06 nov. 2014.

<sup>16</sup> Estatísticas em: <http://www.unidadvictimas.gov.co>, a data de corte da informação em 30 junho de 2017. Acesso: 14 agos. 2017.

<sup>17</sup> Matéria em: <http://www.verdadabierta.com/masacres-seccion/4419-todas-las-guerras-atacaron-a-san-carlos>. Acesso: 12 jan. 2017.

<sup>18</sup> Matéria em: <http://www.arcoiris.com.co/2014/06/aqui-me-queda-memoria-de-la-resistencia-en-san-carlos-antioquia/>. Acesso: 12 jan. 2017.



Em 2009, a guerra tinha deixado em San Carlos um número indeterminado de mortes: 33 massacres, 156 desaparecidos forçosos, 78 mutilados vitimados pelas minas terrestres e o deslocamento forçado de mais 19.954 pessoas, ou seja, sete de cada dez sancarlitanos ficaram sem casa (CNMH, 2014: 14). Entre 2003 e 2004 a prática do deslocamento massivo representou 45% e 39% do total por ano e as vítimas de assassinados seletivos foram 146 entre 1988 e 2010 (CNMH, 2014: 20).

É importante nomear neste contexto os intentos de acordos de paz em diferentes momentos da história: acordos para cessar-fogo,<sup>19</sup> mesas de diálogo,<sup>20</sup> desmobilizações de grupos menores<sup>21</sup> e zona de distensão.<sup>22</sup> Em agosto de 2016, foi assinado o acordo de paz com a guerrilha mais antiga de América Latina toda, as FARC com o governo de Juan Manuel Santos;<sup>23</sup> o governo liderou o processo de acordo de paz com o ELN.

## **Produzir o sujeito**

Durante muitos anos os governos na Colômbia falaram da vítima como um produto residual da guerra, um efeito do poder que durante décadas foi rotulado como “danos colaterais” (CNMH, 2013: 14). Em 2012, a Ley de Víctimas y Restitución de Tierras gerida pela Unidad de Víctimas da Colômbia falou de vítimas e criou estratégias para acessar à

---

<sup>19</sup> Acordos da Uribe e de Corinto com a FARC-EP e o EPL em 1984, durante o governo do Belisario Betancur (1982-1986).

<sup>20</sup> Como a abertura do grupo de aconselhamento pela Reconciliación, Normalización e Rehabilitación durante o governo do Virgilio Barco (1986-1990), as conversações com as FARC-EP, ELN e EP durante o governo de César Gaviria que terminaram pelo sequestro de um ex-ministro que morreu durante cativo.

<sup>21</sup> Que tem contribuído com a paz do país com desmobilizações durante o governo do Virgilio Barco: M-19 em 1990, PRT em 1991, EPL em 1991, MAQL em 1991; o CRS em 1994 durante o governo de César Gaviria (1990-1994), e as AUC em 2005 com a Lei de Justiça e Paz durante o governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010).

<sup>22</sup> Durante o governo do Andrés Pastrana (1998-2002) Colômbia despejou cinco municípios em San Vicente del Caguán, sul do país, para criar mesas de diálogo. O acordo terminou em 2002 quando as FARC-EP sequestraram um avião.

<sup>23</sup> As negociações de paz começaram em 18 outubro de 2012, apoiado pela Noruega, a Cuba e acompanhamento de outros países da América Latina, principalmente, a Venezuela e o Chile. Está conformada por quatro fases: aproximações para o diálogo, fixação dos acordos, referendo e implementação. Se discutiram tópicos como política de desenvolvimento agrário, participação política das FARC, políticas de drogas e reparação das vítimas.

verdade, à justiça e à reparação integral.<sup>24</sup> A categoria vítima do conflito armado “é aquela pessoa que tem padecido de um dano, como consequência de violações dos Direitos Humanos, ocorridas a partir de 1º de janeiro de 1985 no conflito armado” (Mindefensa, 2011: 19). Esta definição de vítima está inserida em um marco normativo sob intenção de criar estatísticas, oferecer programas de intervenção humanitária e criar projetos para a construção de memória. Certamente, ações importantes para compreender o conflito e ressarcir, de alguma maneira, a inação de décadas dos governos e suas políticas públicas.

A Lei constata legitimamente a existência de um conflito armado interno que outorga aos indivíduos o status de vítima dentro do conflito, reconhecendo que historicamente ele foi despojado de seus direitos. Este fato significou uma ruptura simbólica como estrutura política e a “incorporação, de maneira central, dos anônimos e dos esquecidos” (CNMH, 2013: 14). Para as comunidades de resistência civil isso representou o reconhecimento da luta política e a colocação de histórias individuais dos corpos violentados que os constituiu como cidadãos. Já não eram mais produtos residuais, sim, sujeitos em luta política.

Explica Alain Touraine que a emergência do sujeito se realiza quando o indivíduo reconhece a presença de si, olha-se em relação com seu contexto, valores, políticas, cultura, opressões e expectativas como parte de uma ordem social que “destrua as totalidades culturais e filosóficas que lhe impõem uma identidade” (Touraine, 2009: 192). Porém, isso, somente é possível mediante a consciência de si que “é a capacidade dos seres humanos de falar deles mesmos em termos de direitos” (Touraine, 2009: 142).

Fotografia 1 - Manifestação dos desaparecidos em San Carlos, SF, blog CARE, 9 de novembro de 2007.

---

<sup>24</sup> A Lei 1448 ou Lei de Víctimas y Restitución de Tierras foi assinada em 10 de junho de 2011 pelo presidente Juan Manuel Santos Calderón. A Lei tenta devolver os direitos vulnerados a indivíduos e comunidades dentro de processos judiciais. Além, estabelece um marco para ajuda humanitária, assistência e atenção às vítimas, ao igual, que ajuda especial para pessoas despojadas de suas terras. Também, há mecanismos de reparação a vítimas nas dimensões psicológica, simbólica e económica. Em este, último ponto, a lei estabelece restituição de terras, de moradia, acesso a créditos e formação educativa, indemnização, garantias de não repetição, entre outros. Ver: <https://polcol20142.wordpress.com/2014/11/19/analisis-como-vamos-con-la-ley-de-victimas-y-restitucion-de-tierras/>. Acesso: 13 jan. 2017.

Fotografia 2 - Líder Pastora Mira, SF, blog CARE, 9 de novembro de 2007.

É o caso da Pastora Mira García (foto 2). Ela foi policial nos anos oitenta, hoje é vereadora da municipalidade de San Carlos. É mãe de Sandra Paola e Jorge Aníbal desaparecidos e mortos pelos paramilitares. Sandra fazia 22 anos quando foi raptada para integrar a guerrilha, ao opor-se foi sequestrada e morta em fevereiro de 2002. Seu corpo foi encontrado em julho de 2008, seis anos após. Jorge Aníbal, o filho mais novo da Pastora, desapareceu em 4 de maio de 2005 e duas semanas depois foi encontrado morto.<sup>25</sup>

Esses dois fatos colocaram a Pastora no que poderíamos chamar o limite da vida mesma, pois, sua condição de mãe tinha sido desmanchada com a morte de seus dois filhos. Acreditamos que este acontecimento dolorido suscitou na Pastora um olhar interior como mulher, camponesa, mãe e, agora, vítima. Ela teve, no processo de encontrar a sua nova condição tirada, consciência de si que implicou, necessariamente, ressignificar o seu olhar, constituir um novo *eu* em contraposição ao poder opressor da guerra. A Pastora, nesse processo de auto-reconhecimento que se dá aos poucos, voltou-se a um outro cenário de possibilidades: procurar a sua filha morta, que para esse momento fazia seis anos de desaparecida. A consciência de si voltou à Pastora num sujeito<sup>26</sup> "criador dele mesmo e, conseqüentemente, [foi] capaz de reivindicar contra todos o seu direito de existir como indivíduo portador de direitos, e não somente, em sua existência prática" (Touraine, 2009: 15).

Foi tão assim que, durante os anos de desaparecimento de sua filha, a Pastora encontrou outras 17 fossas. Nesta tarefa somaram-se outras mães vítimas que compartilhavam a mesma dor de parentes desaparecidos. Elas, mulheres em sua totalidade, armaram-se com facão e ferramentas para cavar o chão onde, possivelmente, ficavam os mortos. Apesar do risco para buscar corpos que evidenciavam a barbárie da

---

<sup>25</sup> Matéria em: <http://www.museocasadelamemoria.org/site/?tabid=325>. Acesso: 15 jan. 2017.

<sup>26</sup> O conceito de Sujeito que nos interessa neste artigo é o desenvolvido pelo autor Alain Touraine. Somos cientes que outros autores reconhecidos trabalham o tema desde a sociologia, cada um deles com suas marcas diferenciadas: Sujeito (Touraine 1994, 2006 e 2009), Ator (Crozier e Friedber, 1977; Touraine 1987), Agente (Bourdieu, 2002; Giddens, 2002 e 2003) e Autor (Dubet, 1994; Demazière, 2004; Bertaux, 1997).

guerra, estas mães fundamentavam sua ação na necessidade de fechar ciclos de silêncio reiterados propiciados pela institucionalidade da política pública. A ação de contrapor-se implicava, necessariamente, “dominar tais perigos, [como] um ato de autojustificação e uma demonstração, para o eu e para os outros, de que se pode sair de circunstâncias difíceis. O medo produz a emoção, mas é o medo que é redirecionado em forma de domínio. A emoção do risco cultivado se nutre daquela «coragem de ser»” (Giddens, 2002: 125).

Esta coragem de ser é a condição para criar possibilidades de ação consciente que anima à transformação dos ambientes. Desta forma a Pastora se tornou um *sujeito positivo* (Touraine, 1997) para a coletividade. Um sujeito que teve a possibilidade de transformar seu entorno, de organizar-se e convidar aos outros à luta e à criação de um outro futuro. Este sujeito implica, segundo Alain Touraine, ser reconhecido pelo outro “como em mim mesmo, um Sujeito universal, nem aceitar sua diferença, mas reconhecer que nós fazemos, com materiais e em situações diferentes, o mesmo tipo de esforço para combinar instrumentalidades e identidade” (Touraine, 1997: 81-82).

A atividade da Pastora e as outras mães levaram à criação do Centro de Acercamiento, Reconciliación y Reparación del Municipio de San Carlos (CARE), permitindo transformar a atividade de procura de túmulos em uma estratégia: entregar mais de mil mapas a pessoas que, possivelmente, tinham informação sobre os mortos. Este mecanismo criou a primeira cartografia de violência da vila, encontrando perto de 25 corpos. Poderíamos pensar que este reconhecimento do sujeito cria algumas condições de possibilidade para instaurar movimentos sociais, que têm como objetivo primário transformar indivíduos em um *eu reflexivo* lutador de condições sociais equitativas.

Nas fotografias ([fotos 1](#) e [2](#)) vemos a Pastora liderando uma manifestação na rua contra o desaparecimento. Homens e mulheres vestidos de branco caminham em um dia ensolarado, seguram cartazes que anunciam nomes como Sacramento de Jesús, Carlos Montoya, Edilson Gómez e Francisco; datas e fotografias permitem inferir que se trata dos desaparecidos e que os participantes são vítimas que ainda lutam e procuram os corpos de seus familiares.

As duas imagens testemunham a decadência de um conflito armado silenciado, evidenciam a configuração de um sujeito político que enche o espaço público com o intuito de romper o silêncio, denunciar a ineficácia de uma política e visibilizar aqueles esquecidos.

Esses corpos que lutam se apresentam como corpos em resistência, sobrevivem e saem à rua para manifestar inconformidade. São corpos políticos, sujeitos que romperam a ordem naturalizada da guerra, que nos ajuda lembrar que o conflito está vivo, convive no cotidiano e que foi silenciado durante décadas.

Esses momentos de organização e mobilização social são instrumentos importantes na criação de estruturas horizontais na qual existe reconhecimento da "identidade ou, mais precisamente, da liberdade de cada sujeito de combinar identidade cultural e ação estratégica" (Touraine, 1997: 91). Este tipo de ações coletivas procuram um vínculo comum que representa os interesses de todos os sujeitos, além de serem vítimas o que interessa é agir pela luta de seus direitos.

O coletivo nesses eventos traumáticos é a expectativa de um mundo social diferente "ainda que se saiba que o futuro é intrinsecamente imprevisível, e como ele é cada vez mais segregado do passado, esse futuro se torna um novo terreno – um território de possibilidades contra-factuais" (Giddens, 2002: 106). Pastora e as mulheres que procuraram mortos, abriram os caminhos da ação política para "colonizar o futuro" (Giddens, 2002: 106); o melhor, um tipo de futuro, que mediante rupturas estratégicas mitigavam os efeitos do conflito armado. Ainda, que isso representava risco, sempre constituía uma possibilidade para construir futuro num presente fatal.

### **Rachar o silêncio**

Uma das estratégias de colonização de futuro era criar rupturas do silêncio através de ações como: mapas, cartazes, marchas e manifestações pacíficas, que visibilizaram os horrores do conflito armado. Afirma Pastora Mira em uma entrevista à fotojornalista Natalia Botero que "independentemente dos acontecimentos nos tribunais de justiça e paz, o que interessa para elas é publicar o acontecido. Nós não queremos o silêncio, em vez o defronte" (Botero, 2010, tradução das autoras). Consideramos que o silêncio é uma

das totalidades mais complexas de extrair da guerra, porque ela “se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida” (Boaventura, 2002: 30) e pode-se instalar no cotidiano como natural, ocultando relações de dominação que legitimam a violência.

O silêncio é uma estratégia usual nas vítimas porque ela evita a vergonha. Publicar os eventos que aconteceram no corpo próprio, descrever as cenas do horror e perceber as desgraças têm relação profunda com a intimidade, com a identidade e o lugar do corpo na sociedade. Através do silêncio o indivíduo resguarda as narrativas passadas sobre ele mesmo, evade as lembranças que outros têm sobre seu eu. Assim, o silêncio, neste caso, tem a função de preservar as lembranças do passado que, de alguma forma, configuram as narrativas biográficas que sustentam um eu atual, hoje.

A conservação desse passado se sustenta nos eventos cronológicos precedentes que geraram uma ideia social do eu. Por isso, pensamos que o silêncio é uma estratégia necessária para salvar aquilo que ainda fica em nosso corpo. É uma forma para “prevenir da necessidade de manter laços sociais com o entorno e acoplar-se às representações dominantes” (Pollak, 2006: 100). Esta estratégia vinculou os corpos inscritos em estórias do passado e, a sua vez, promoveu um tipo de invisibilidade para proteger-se. Ações como não testemunhar, não aparecer em fotografias ou vídeos e solicitar anonimato, foram solicitações recorrentes dos envolvidos para manter a sobrevivência. Não se tratava somente de dar-se um lugar nos relatos da guerra e do passado, o que estava em jogo era manter o status de sobrevivente que, de fato, é dado por um outro.

Além disso, o que significam os discursos de enunciação na ordem do passado de uma vítima? Em um primeiro momento significa reconhecimento da pessoa como vítima, ou seja, aceitar que sua estória de vida teve uma fratura avassaladora que lhe levou a perda de sua dignidade. Esse passado não se pode compreender como “realidades acabadas” (De Decca, 2004: 43), estórias inermes que se podem ocultar, silenciar, opacar. Ao invés, o passado é essa unidade de vida que configura a identidade do presente e relaciona-se com o futuro, alguns as vezes, projetá-lo. Em um segundo momento, relaciona-se com as construções de passado que os outros –organizações estatais, neste caso– fazem das pessoas.

O anterior pode-se entender, ainda melhor, quando identificamos que o processo de reconhecimento de uma vítima dentro do sistema judicial na Colômbia, promove, implicitamente, lógicas de revitimização. Uma vítima começa seu processo de reconhecimento quando relata oralmente os fatos de violência aos quais foi submetida, deve fazê-lo quantas vezes o processo requerer diante a funcionários de diferentes instituições e quantas vezes o processo exija. Falar sobre os fatos passados, repetir as cenas, enunciar o corpo vulnerado e identificar-se como vítima faz parte das políticas que impôs a Ley de Víctimas y Restitución de Tierras. Não é suficiente uma declaração juramentada e oficial dos fatos somente. O passado deve ser nomeado, sequencial e coerente com as estórias institucionalizadas.

Repetir o relato por motivos institucionais, promove uma versão quase automática dos fatos que diminui detalhes e banaliza os acontecimentos. Nesses relatos, o corpo da vítima é um objeto-guerra, um lugar-evidência, a partir do qual é impossível pensar a proposta de sujeito de Touraine. Aí, o individuo não se pode liberar da pressão para voltar seu corpo ao lugar de interação, apropriação e reaproximação com sua subjetividade.

Mas, o silêncio é também uma forma de resistir o excesso de discursos oficiais que, segundo o sociólogo austríaco Michael Pollak, têm uma estrutura a partir da angústia, o medo e maus entendidos no social (2006: 24). Esse tipo de silêncio não se relaciona, necessariamente, com esquecimento; é mais uma forma para conceber a memória a partir das condições de comunicação que, no caso da comunidade de San Carlos, foram limitadas, controladas e estigmatizadas. Condições que, a sua vez, se opuseram à configuração de um passado hegemónico que se pode citar como memorável (Benjamin, 2008: 306). A inserção das estórias dos dominados transformou a ideia do tempo para garantir que nenhum tempo passado foi melhor, pelo menos, no caso da Colômbia.

Fotografias 3 e 4 - Manifestação de mulheres pelos desaparecidos em San Carlos, SF, blog "CARE", 19 de outubro de 2007.

O silêncio que nos interessa neste trabalho é o que está sendo quebrado através da imagem e a palavra. As fotografias nos apresentam estratégias que rompem o silêncio, oferecem uma memória do sofrimento que somente é possível reconstruir a través delas, “invocam o milagre da sobrevivência” (Sontag, 2003: 101, tradução das autoras). E com elas, a partir e mediante elas é possível as visibilidades dos sobreviventes. Trata-se de imagens amadoras de uma das marchas que aconteceram na Colômbia: sem mortos, sem afetar a economia local, sem desordem público e sem mídia. Elas não comovem, não esfolam o olhar, e também não provocam repugnância. Porém, elas “são um meio que denota de «realidade» (o de «maior realidade») assuntos que os privilegiados ou os meramente indemnes preferem ignorar” (Sontag, 2003: 15, tradução das autoras). Eis aí, a importância de sua visibilidade. A palavra, por sua parte, seja escrita, falada ou desenhada desenvolve estratégias para resistir, sobreviver, lembrar, compreender e configurar uma *identidade*. Os cartazes (fotos 3 e 4) anunciam a vítima, expressam petições religiosas, ideias sobre a justiça e opiniões sobre o pós-conflito.

O cartaz da fotografia 3 identifica a vítima mediante nome, tipo de vítima, data do acontecimento, breve história e fotografia. Ele serve para visibilizar a vítima e sua condição, colocá-la em um tipo de existência, fixá-la no presente e atribui-lhe uma identidade mediante o uso de sua fotografia. Maryody, Adan de Jesús e as outras pessoas nomeadas nos cartazes deixaram de ser anônimas, efêmeras, abstratas, um número da guerra. Agora elas se tornam presentes a partir da ausência (desaparecido), da dor (você não está morto para nós), a injustiça (que o senhor ilumine a pessoa que sabe onde você fica) e a sentimentalidade (filha, teus pais, irmãos e filhos temos saudades de você).

A identidade das vítimas desaparecidas é construída a partir dos relatos de seus parentes e dos laços que os unem, fato que supõe continuidade no tempo e no espaço. Os outros são os que produzem visibilidade dos indivíduos ausentes.

O cartaz da fotografia 4 pede intermediação de Deus para sensibilizar os informantes, colocando algo e vítima numa relação horizontal, de compreensão e de justiça. O cartaz diz: “Senhor, nós pedimos que ilumine às pessoas que sabem onde ficam os túmulos de nossos seres queridos e que ao compreender a nossa dor eles consigam



falar, para que desta forma, nós possamos dá-lhes sepultura cristã. Não mais silêncio”. Neste trecho, Deus é invocado como figura universal para mediar na relação de compaixão e união entre vítima e algoz. Esta estratégia discursiva, simbólica e cultural promove um tipo de proximidades das partes em procura da reconciliação. Podemos afirmar que iluminar, compreender e dar informação faz parte de um processo de verdade que deve ser esclarecido a partir do encontro com a divindade de Deus. O propósito final é aceder ao ritual religioso do sepultamento como determina a religião católica para, assim, fechar um ciclo de incerteza.

Esses cartazes simples, feitos artesanalmente, com papel econômico transformam-se em estratégia de visibilidade, de denúncia, de não esquecimento. Eles anunciam eventos vergonhosos ocultos pelo Estado e despercebidos socialmente; também apresentam lembranças quase proibidas, sombras, silêncios e deslocamentos entre a história pública e a história das comunidades. Eles são objetos visuais que se transformaram em memórias afetuosas, em santuários que confrontam os territórios do horror.

### **Revitalizar o espaço público**

A guerra se expandiu no espaço público. Ruas, parques, praças, pontes e ginásio esportivo foram tirados de seu significado comunitário de divertimento, contemplação e congregação para converter-se na marca da violência. A força do terror, do abominável, do trágico se apoderou dos espaços, fazendo deles *não lugares* para o convívio público. Assim, o que era comum aos moradores passou a ser privatizado pela violência dos algozes mediante ações como morte, desaparecimento, massacre, estupro, roubo, ameaça, mutilação, tortura, sequestro. A eles se associavam perpetradores, estratégias contra a vida, horários restringidos, usos e sensações que, usualmente, foram relacionadas com o medo.

O medo é essa uma sensação que rompe, “quebra a segurança dos indivíduos para gerar condições permanentes de ameaça (...). Assim, o corpo codificado pelo medo, cindiu-se e torna-se tendente a que outros decidam por ele” (Gordillo, 2013: 12). Não se trata do corpo físico das pessoas, somente, também da posição desse corpo no espaço e

na relação de transformação desses corpos. Esta é uma relação interativa entre corpo e território em permanente mudança e luta, que tem a característica de permanência no cotidiano e isso expulsa o corpo, transformando o espaço. O medo produz, reproduz e mantém a guerra, mudando os imaginários e as práticas sociais em relação ao uso social do espaço. As lembranças do território em relação ao comunitário já não ficam no bem social, senão, nos espaços marcados, dominados e impostos por e para a guerra.

Fotografia 5 - Praça central e Igreja San Juan Bautista, SF, blog Jordán mi Pueblo querido, setembro 2008.

Fotografia 6 - Rua do comércio Vila EL Jordán, SF, blog Jordán mi Pueblo querido, setembro 2008.

Fotografia 7 - Trilho ecológico Canoas, antigo caminho para os "charcos", SF, blog Jordán mi Pueblo querido, setembro 2008.

Fotografia 8 - Foto: Mono Iván, blog sancarlosantioquia, sem data.

Fotografia 9 - Ginásio esportivo Julián Conrado David, blog Te quiero Jordán, 8 de setembro 2008.

Essa marca do medo produziu deslocamento da cartografia que os sancarlitanos tinham construído historicamente destes lugares: a praça central, a rua principal, os caminhos entre vilas, as pontes e os espaços de lazer, foram dominados por uma nova forma de relacionamento mediado pelo poder totalitário e opressor da guerra: o medo. O parque central (foto 5) virou ponto de observação e controle dos paramilitares, já não era um lugar para encontrar-se e relaxar com os amigos, senão um espaço de trânsito para a comunidade e o lugar de vigilância e poder para os grupos armados. A identidade do parque como espaço público e divertimento foi impactada pela marca da violência que transgrediu suas funções iniciais, tornando-se em um espaço de domínio sobre o povo.

A rua principal de comércio (foto 6) foi um local neurálgico dos paramilitares para controlar a compra de mercado, o tipo de providências e a quantidade dele, argumento seu excesso como providências para as FARC. Do mesmo modo, as lojas fecharam em

virtude de taxas chamadas de vacunas,<sup>27</sup> impostos de funcionamento e segurança que os proprietários tinham que pagar aos paramilitares obrigatoriamente. Restaram poucas vendas pela falta de dinheiro na municipalidade e pela proibição de venda de produtos das chácaras nos mercados. Esses fatores reduziram, ainda mais, a economia das famílias sancarlitanas.

Os caminhos entre as vilas (foto 7) eram controlados mediante uma espécie de pedágio humano que limitava o trânsito do povo entre as municipalidades e legitimava o confisco de seus pertences. O controle desses lugares estava governado por uma regra geral: as pessoas somente podiam ficar na rua até as 18 horas. Dita restrição limitou as formas de relacionamento entre as pessoas, tais como os momentos de lazer, atividades culturais e religiosas. Neste sentido, o território e os seus usos tiveram a capacidade de mudar. Afirma o sociólogo francês Henri Lefebvre que, “o espaço tem sido formado e modelado por elementos históricos e naturais; porém, isto tem sido um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literariamente cheio de ideologias” (Lefebvre, 1976: 31, tradução das autoras). Isto é, o espaço não é somente um território delimitado, é uma pluralidade de significados que se relacionam com o político, os usos, as pessoas e suas identidades. Por isso, o espaço se transforma, modela-se de acordo com as intenções e as necessidades das pessoas, se enche de significados múltiplos e sentimentalidades que produzem lembranças visuais, auditivas e olfativas. Lembranças que configuram a memória coletiva de um povo.

As lembranças que mais impactaram à população foram os acontecimentos de terror acontecidos nos rios, pontes e ginásio esportivo. No ginásio (foto 9) homens e mulheres eram concentrados lá, selecionados e, usualmente, levados a outras partes para serem mortos. Depois, seus corpos apareciam nos rios. As pontes (foto 8) têm a função de conectar, porém, no conflito eles se tornaram lugares da morte, eram pontos de encontro com os criminosos e, a sua vez, espaço para torturar e assassinar: penduravam as pessoas, cortavam suas extremidades e os obrigavam a narrar versões de acontecimentos a favor dos perpetradores.

---

<sup>27</sup> Esta taxa era pagada pelos povoadores à guerrilha e os paramilitares para permitirem-lhes transitar entre os povoados.

A marca do terror apoderou-se dos espaços, instaurando uma nova ordem que, somente, foi possível destruir mediante re-territorializações estéticas e de uso que implicaram estratégias pedagógicas. O trilho ecológico (foto 7), a ponte em madeira (foto 8) e o novo ginásio esportivo (foto 9), não somente foram revitalizados, foram preenchidos de um novo sentido além do uso: o estético. A estética em relação com a natureza propiciou integração com outras locações dentro do circuito cultural da população. Neste sentido, podemos inferir que em um primeiro nível os novos locais ampliaram a locomoção das pessoas, outorgando maior qualidade de vida e lazer. Isto é, o deslocamento do domínio da guerra. Trata-se de “re-territorializar a vida: re-habitar o tempo e o espaço afetado pelo terror, resistir ao despojo e ao abandono forçoso de seus territórios e recuperar sua concepção do «Bom-Viver»” (CNMH, 2015: 387, tradução das autoras).

Já em um segundo nível de significação poderíamos pensar que a estetização é uma estratégia de higienização dos elementos que lembram a guerra. Pois, apagar os objetos destruídos, as palavras dos grafites e encher as ausências são ações de uma limpeza visual que pode ser prejudicial para compreender as profundezas da guerra. Diana Taylor afirma que a tragédia em relação com a estética “não somente estrutura os acontecimentos, mas também nos cega para outros modos de pensar sobre eles” (2013: 357-358). Trata-se de uma espécie de extinção que se disputa entre a lembrança e o esquecimento.

### **Memórias da dignidade**

As anteriores formas de produzir resistência (gerar um sujeito político, visibilizar as vítimas, revitalizar os espaços e produzir a suas fotografias) são ações preenchidas de um sentido de dignificação. Os indivíduos vítimas passam a ter um sentido social estrutural quando transformam corpos políticos em ação. Eis, quando sua recomposição simbólica também relaciona-se com produção de memória. Deste modo, a comunidade de San Carlos poderia ser catalogada como “empreendedora de memória”, já que produzem, guardam e apresentam suas próprias representações.

Este conceito desenvolvido por Elizabeth Jelin (2002) é tomado da categoria empreendedores da memória (*entrepreneurs de mémoire*) de Michell Pollak para referir-se aquelas pessoas que “criam referências comuns e guardam-nas. Esses empreendedores da memória estão convencidos que têm uma missão sagrada para cumprir, e inspiram-se numa ética intransigente ao estabelecer uma equivalência entre a memória que defende a verdade” (Jelin, 2006: 26, tradução das autoras).

Como empreendedores de memória, os sancarlitanos tiram fotografias das cenas da luta política, dos cartazes, apresentam os lugares revitalizados que um dia foram pontos estratégicos do conflito armado. Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), estes tipos de articulações sociais podem-se apresentar a partir das chamadas “comunidades afetivas”, que une sujeitos, crenças, afetos, dores e histórias da barbárie ao redor da construção de memória coletiva. Esta memória tem como princípio reforçar a coesão social mediante os afetos; ou seja, as emoções criam vínculos de identificação que buscam suporte na luta social.

Reconhecemos que as fotografias dos blogs desta análise constituem a memória coletiva que os sujeitos da comunidade de San Carlos apresentam ao exterior. Suas imagens são “uma reflexão sobre as práticas sociais em que ela se insere” (Cabello, 2013: 6), mudando o imaginário da vítima como um corpo fraco silenciado. No espaço virtual a comunidade expõe suas histórias visuais de dor e luta, o que significa “a estetização da expressão das próprias experiências efetivadas, visando a imagem que cada pessoa quer apresentar de si mesmo frente ao espectador” (Habermas, 1989: 487, tradução das autoras).

Trata-se sobretudo da universalização de seus dramas mediante a construção de relatos visuais próprios, supondo “autonomia”, o que nos leva pensar em uma política da emancipação. Isso significa, nas palavras de Giddens (2002), que “a vida coletiva é organizada de tal maneira que o indivíduo seja capaz – num ou noutro sentido – de ação livre e independente nos ambientes de sua vida social. Liberdade e responsabilidade permanecem em uma espécie de equilíbrio” (Giddens, 2002: 196). Mais adiante o autor acrescenta que é preciso compreender que a liberdade nunca é absoluta e duradora, ela

supõe “agir responsabilmente em relações aos outros e reconhecer as obrigações coletivas” (Giddens, 2002: 196).

Poderíamos afirmar que, seguindo o postulado anterior, a compreensão da liberdade que a comunidade de San Carlos fez relaciona-se com estratégias que visam ressignificar espaços, silêncio e sujeitos. Nesse sentido, consideramos que os blogs, além de serem instrumentos mediáticos para expor, exteriorizar e mostrar seus próprios relatos, são a configuração de uma nova identidade, ou pelo menos, uma *outra identidade*. Trata-se da constituição de ser uma pessoa, “não é apenas ser um ator reflexivo, mas ter o conceito de uma pessoa (enquanto aplicável ao eu e aos outros)” (Giddens, 2002: 54). Ou seja, a auto-identidade supõe um “*eu compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia*” (Giddens, 2002: 54, grifo no original). Isto consiste em ter a sensação de continuidade biográfica quando nos relacionamos e enfrentamos com os outros, com o exterior, com a guerra. A despeito da comunidade de San Carlos ser um fio de múltiplas rupturas pela guerra, ela também é reinventada na continuidade de sua luta política. Ações que escrevem palavras e imagens sobre os espaços que ficam em branco.

## Referências

- Behar, Ruth (1996). *The Vulnerable Observer: Anthropology that Breaks Your Heart*. Boston: Beacon Press, the Unitarian Universalist Association of Congregations.
- Benjamin, Walter (2008). “Tesis sobre el concepto de historia”, in Benjamin, Walter. *Obras. Libro I y II*. Madrid: Abada Editores.
- Bertaux, D. (1997). *Les récits de vie*. Paris: Nathan.
- Bonilla, Jorge Ivan (2002). “Periodismo, guerra y paz. Campo intelectual periodístico y agendas de la información en Colombia”. En: *Signo y Pensamiento*, vol. XXI, núm. 40, 53-71. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.
- Bonilla, Jorge Ivan; Tamayo, Camilo (2005). “El conflicto armado en pantalla, noticieros, agendas y visibilidades”. En: *Controversia*, no. 185, diciembre. Bogotá, CINEP.
- Bonilla, Jorge Ivan; Tamayo, Camilo (2007). *Las Violencias en los Medios. Los Medios en las Violencias*. Bogotá: Editorial Cinep.
- Bonilla, Jorge Ivan; Tamayo, Camilo (2013). *Periodismo, Medios y Conflicto Armado*. Cartagena: FNPI.

- Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude e Passeron, Jean-Claude (2002). *El Oficio del Sociólogo*. Argentina: Siglo XXI Editores.
- Bouthoul, Gaston (1991). *Traité de polémologie: Sociologie des guerres*. París: Payot.
- Crozier, M.; Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Seuil (Points).
- CNMH (2013). *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional.
- CNMH, (2014). *San Carlos: Memorias del éxodo en la guerra*. Bogotá: Imprenta Nacional.
- CNMH, (2015). *Buenaventura: un puerto sin comunidad*. Bogotá: Imprenta Nacional.
- Chomsky, Noam (2003). *Controle da Mídia: os espetaculares efeitos da propaganda*. Rio de Janeiro: Graphia.
- De Decca, Edgar Salvadori (2004). *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense.
- Demazière, D., Dubar, C. (2004). *Analyser les entretiens biographiques*. Édition Paris, Nathan/Québec: Press de l'Université Laval.
- Dubet, Françoise (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil.
- Fragoso, Suely; Recuero, Raquel; Amaral, Adriana (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Giddens, Anthony (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Giddens, Anthony (2003). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gilhodes, Pierre. "La violencia en Colombia: bandolerismo y guerra social". En: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC & Centro Gaitán, 1985.
- Gordillo, Claudia (2013) "Inmunitas – biopolítica: miedo, poder soberano y libertad. Una aproximación crítica a la propaganda militar en Colombia". En: *Revista Mediaciones*, No 11, 8-19. Bogotá: Universidad Minuto de Dios, em: <<http://biblioteca.uniminuto.edu/ojs/index.php/med/article/view/518/488>>, acceso: 10 jun. 2017.
- Gutiérrez Coba, Liliana, Guzmán de Reyes, Adriana; et al. (2010). "La mirada prejuiciosa de la prensa a los reinsertados". En: *Signo y Pensamiento*, No. 56, Documentos de Investigación, vol. XXIX, enero-junio, p. 376-387. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.
- Habermas, Jürgen (1989). "Observaciones sobre el concepto de acción comunicativa". En: *Teoría de la acción comunicativa complementos y estudios previos*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Halbwachs, Maurice (1990). *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.

Hall, Stuart et al. (2003). "Codificar e decodificar". En: *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.

Hine, Christine (2004). *Etnografía Virtual*. Barcelona: Editorial UOC.

Jelin, Elizabeth (2002). "Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión". En: *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Lair, Eric (2003) "Reflexiones acerca del terror en los escenarios de guerra interna". En: *Revista de Estudios Sociales*, No 15, Junio, p. 88-108. Bogotá: Universidad de los Andes.

Lefebvre, Henri (1976). "Reflections on the Politics of Space". En: *Antipode*, 8 (2), p. 30-37.

Ministerio de Defensa (2011). *Ley de Víctimas e Restitución de Terras*. Bogotá: Imprenta Nacional.

Pardo Abril, Nely Graciela (2005). "Representaciones de los actores del conflicto armado en la prensa colombiana". En: *Forma y Función*, No 18, 167-196. Bogotá: Departamento de Lingüística, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia.

Pecaut, Daniel (2001). *Guerra Contra la Sociedad*. Bogotá: Editorial Planeta.

Pollak, Michael (2006). *Memoria, olvido y silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite*. Argentina: Ediciones al Margen.

Reguillo, Rossana (2007). "Horizontes fragmentados: una cartografía de los miedos contemporáneos y sus pasiones derivadas". En: *Diálogos de la Comunicación*, Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social, No. 75, (septiembre-diciembre), p. 1-10, em: <<http://dialogosfelafacs.net/75/articulos/pdf/75RossanaReguillo.pdf>>, acceso: 12 jan. 2016.

Reguillo, Rossana (2012). "Navegaciones errantes. De músicas, jóvenes y redes: de Facebook a Youtube y viceversa". En: *Comunicación y Sociedad*, n. 18. p. 135-172. México D.F.

Rodríguez, Sandra (2012). "Reportaje periodístico de víctimas de la violencia: cobertura de las ejecuciones extrajudiciales en Colombia". En: *Signo y Pensamiento*, No 60, Documentos de investigación, vol. XXX, enero-junio, p. 186 – 208. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.

Santos, Boaventura De Souza (2002). *Crítica a Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*, Vol. I, da Coleção para um senso comum: o direito, a ciência e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortes Editora.

Sontag, Susan (2013). *Ante el dolor de los demás*. Bogotá, Editorial Alfaguara.



Spivak, Gayatri (2010). "¿Puede el subalterno hablar?" En: *Crítica de la Razón de Poscolonial*. Madrid: Akal.

Taylor, Diana (2013). *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*; tradução Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Touraine, Alain (1997). *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Bauru: São Paulo, EDUSC.

Touraine, Alain (2002). *Crítica à Modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

Touraine, Alain (2009). *Pensar Outramente*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Touraine, Alain (2006). *Um Novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Editora Vozes.

Valencia, Mónica; Barón, Luis Fernando (2001). "Medios, audiencias y conflicto armado. Representaciones sociales en comunidades de interpretación y medios informativos". En: *Controversia*, No. 178 (mayo 2001). Bogotá: CINEP.

## Webgrafía

Centro de Acercamiento para la Reconciliación y la Reparación (CARE), em: <http://caresancarlos.blogspot.com.br>, acesso: 15 dez. 2016).

Corregimiento del Jordán, em: <http://jordantequiero.blogspot.com.br/>, acesso: 15 dez. 2016.

Colorado, Jesús Abad (2005) "El campo santo de San José de Apartadó". *El Tiempo*, 27 de março, em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1640784>, acesso: 27 jan. 2016.

Cano, Carlos Mario (2012) "San Carlos, Antioquia, el primer Pueblo libre de minas antipersona", em: *El Tiempo*, 13 de março, em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-11336462>, acesso: 27 jan. 2016.

Fiesta del arriero en Jordán, em: <http://fiestasdelarriero.blogspot.com.br/>, acesso: 15 dez. 2016).

Fundación Nuevo Periodismo (FNP), em: <http://www.fnpi.org/>, acesso: 03 mar. 2016.

Gonzales, Rafael, "Premio nacional de Paz" (2011). *El Colombiano*, 21 de novembro 2011, em: [http://www.elcolombiano.com/premio\\_nacional\\_de\\_paz\\_para\\_san\\_carlos-NYEC\\_159163.](http://www.elcolombiano.com/premio_nacional_de_paz_para_san_carlos-NYEC_159163.), acesso: 26 jan. 2017.

Pava, Melissa, (2014) "¿cómo vamos con la ley de víctimas y restitución de tierra?". *Coyuntura política*, em: <https://polcol20142.wordpress.com/2014/11/19/analisis-como-vamos-con-la-ley-de-victimas-y-restitucion-de-tierras/>, acesso: 13 jan. 2017.

Museo Casa de la Memoria, em: <http://www.museocasadelamemoria.org/site/?tabid=325>, acceso: 15 jan. 2017.

Retorno Poblado Dosquebradas, em: <http://retornodosquebradas.blogspot.com.br>, acceso: 15 dez. 2016.

Unidad para la Atención y Reparación Integral de las Víctimas, em: <http://www.unidadvictimas.gov.co/index.php>, acceso: 06 nov. 2017.

Vargas, Velasquez, Pedro Alejo (2011) "Política de Seguridad de Santos". *El Colombiano*, 11 de maio, em: [http://www.elcolombiano.com/historico/politica\\_de\\_seguridad\\_de\\_santos-JFEC\\_135783](http://www.elcolombiano.com/historico/politica_de_seguridad_de_santos-JFEC_135783), acceso: 10 jan. 2017.

Verdad Abierta (2013) "Todas las guerras atacaron a San Carlos". *Verdad Abierta*, 30 janeiro, em: <http://www.verdadabierta.com/masacres-seccion/4419-todas-las-guerras-atacaron-a-san-carlos>, acceso: 12 jan. 2017.

Verdad Abierta (2014) "Aquí me quede; memoria de la resistencia en San Carlos, Antioquia". *Verdad Abierta*, junho 23, em: <http://www.arcoiris.com.co/2014/06/aqui-me-queda-memoria-de-la-resistencia-en-san-carlos-antioquia/>, acceso: 12 jan. 2017.

Verdad Abierta (2010) "Retorno de desplazados en el oriente antioqueño: solo buenas intenciones". *Verdad Abierta*, março 17, em: <http://www.verdadabierta.com/victimas-seccion/desplazados/2301-retorno-de-desplazados-en-oriente-antioqueno-solo-buenas-intenciones>, acceso: 25 mar. 2017.

Voces de San Carlos, em: <http://vocessancarlos.es.tl>, acceso: 15 dez. 2016.